

RECESSÃO DOENTIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 04/12/91

As perspectivas a curto prazo para a economia brasileira são de aprofundamento da recessão, enquanto a inflação, que em novembro subiu para "apenas" 27 por cento, deverá voltar a se acelerar a partir de janeiro. Estamos, portanto, diante de um caso de "recessão doentia" - ou seja, de recessão que não tem qualquer funcionalidade em estabilizar a economia.

Para o populista recessão é sempre um mal a ser evitado a qualquer preço; para o governo Collor, um bem, já que é vista como a arma por excelência que o governo dispõe para controlar a inflação.

Segundo a teoria econômica pretensamente ortodoxa adotada pelo governo, recessão serve para ameaçar empresários que aumentam preços e para reduzir demanda. No ano passado Zélia, demonstrando um voluntarismo ingênuo e autoritário, ignorava que a inflação é um fenômeno de mercado e ameaçava os empresários: "ou os senhores baixam os preços, ou aprofundarei a recessão". Neste ano Marcílio repete a ameaça quase com as mesmas palavras. Ou os empresários param de aumentar seus preços, ou teremos mais recessão. Como se a inflação fosse o resultado da decisão de empresários gananciosos ao invés de um processo econômico independente da vontade de agentes econômicos individuais.

Há uma justificativa intuitiva para a recessão como instrumento de combate à inflação: seria a forma de reduzir a demanda e assim obrigar as empresas a aumentar menos os preços. Ocorre, entretanto, que não há demanda aquecida no Brasil desde o Plano Cruzado, em 1986, e não obstante, a inflação não parou de se acelerar. Sem dúvida é em princípio impossível estabilizar uma economia sem incorrer em sacrifícios, sem algum tipo de recessão portanto. Mas, a não ser que a inflação seja de demanda - o que, definitivamente não é o nosso caso - a recessão não é instrumento de combate à inflação; é apenas a consequência dolorosa das medidas necessárias.

Na verdade é possível distinguir recessão sadia de doentia. Em três situações a recessão será sadia. Se a inflação for de demanda, as medidas restritivas da procura

agregada e portanto recessivas serão corretas. Se a inflação, como quase sempre acontece, estiver associada ao déficit público, a necessária redução da despesa pública ou o aumento dos impostos terão como consequência inevitável recessão. Finalmente, se, ao se controlar a oferta de moeda, decorre daí a elevação da taxa de juros e a recessão, esta também poderá ser considerada uma recessão sadia, pois mesmo que, naquele momento, a oferta de moeda não seja a causa mas a consequência da inflação, é necessário exercer controle sobre ela para debelar a inflação.

A recessão atual - a terceira do governo Collor - deriva fundamentalmente dos juros extremamente altos. O governo, portanto, provavelmente imagina que sua política se enquadra no terceiro caso citado. Os juros altos seriam consequência da política monetária. Ocorre, entretanto, que não há, de fato, política monetária no Brasil. Há apenas política de juros altos. Política monetária é política de controle da oferta de moeda, é a definição e o razoável atingimento de uma meta monetária. Ora, isto não existe no Brasil. Dada a alta inflação e a inexistência de crédito público, a oferta de moeda é rigorosamente endógena ou passiva. As autoridades monetárias não têm, nas condições atuais, a menor possibilidade de cumprir uma meta monetária. Isto ficou dramaticamente demonstrada na gestão Ibrahim Éris, do Banco Central, em 1990. Tão dramaticamente que neste ano o governo desistiu inteiramente de definir meta para o crescimento dos agregados monetários.

Não há portanto política monetária, há apenas uma política de juros altos, que provoca uma recessão inútil - uma recessão doentia.

Enquanto isso a inflação continua se acelerar, ao invés de baixar gradualmente, como pretende o governo. A atual equipe econômica herdou, em maio último, uma inflação de 7 por cento. Desde então vem aplicadamente pondo em prática uma política que pretende ortodoxa mas na verdade é apenas e inutilmente recessiva. A inflação acelerou-se todos os meses. Em dezembro deverá estabilizar-se. Mas não há nenhuma razão para que o movimento aceleracionista não seja retomado. Não ocorreu nenhum fato novo dramático que possa levar os agentes econômicos a deixarem de indexar os seus preços e de acrescentar a esta indexação um delta, um aumento adicional, que os proteja de uma inflação mais alta esperada para o mês seguinte.

Isto significa que para uma inflação dessa natureza não há remédio? De forma alguma. Apenas para doenças muito graves são necessários remédios excepcionais. Vivemos em um regime hiperinflacionário. E nestas condições só medidas heróicas podem resolver. No Plano Collor I havia medidas heróicas. Falhou porque sua segunda fase, também pretendidamente monetarista, era um equívoco. Mas deixou uma herança positiva: a dívida pública foi reduzida em quase 30 bilhões de dólares. Agora é preciso completar o trabalho coordenando e paralisando os aumentos de preços. Isto foi feito no Japão entre 1946 e 1948, em Israel em 1984 e 1985, no México em 1987, acaba de ser feito na Argentina em 1991. No Brasil também acabaremos por nos convencer que não é através de uma recessão doentia, mas de medidas corajosas e imaginativas, que

impliquem em sacrifícios mas sejam compensadoras, que estabilizaremos definitivamente nossa economia. Afinal o Presidente pode ter muitos defeitos, mas para ele não falta nem vontade nem determinação para alcançar esse resultado.